

SCHULZ S/A

Formulário de Referência

Conforme Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”)

Data base: 31 de dezembro de 2017

10.1. - Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os investimentos realizados, foram exclusivamente destinados no desenvolvimento de novos produtos, nas manutenções das máquinas e equipamentos, e com a início da expansão fabril da Divisão Automotiva.

No que diz respeito ao desempenho do faturamento, as condições econômicas nacionais ficaram muito abaixo de nossas expectativas, inclusive orçamentárias, em que pese o crescimento observado no Mercado Interno de 26,5% e no Mercado externo 36,1%.

Mesmo num cenário conturbado e repleto de incertezas, a Schulz manteve seu foco no mercado internacional e nacional. Como resultado desta estratégia, continuamos aumentando a participação nos mercados atendidos pelas suas divisões de negócios (Automotiva e Compressores). Mantivemos a condição de líder absoluta no mercado de compressores, com as campanhas de vendas agressivas e lançamentos de novos produtos, da qual também é líder na inovação com os lançamentos anuais.

A Schulz continua preparada para absorver o crescimento ou a reação no mercado de atuação, por conta do aumento do nosso *share*.

Os resultados alcançados em 2017, mesmo num cenário nacional extremamente recessivo, a SCHULZ mantém saudáveis condições patrimoniais e financeiras:

- I. Consistente geração de lucros compatível com o mercado ou o momento econômico;
- II. Geração de caixa operacional compatível com suas necessidades operacionais e financeiras, e garantindo os objetivos necessários com a atual estrutura de capital;
- III. A estrutura de capital própria e de terceiros está adequada, apoiada com contratos de financiamentos com custo competitivo. Adequado apoio das instituições financeiras para fazer frente às demandas de curto e longo prazo;
- IV. Nível de endividamento compatível com sua demanda operacional, e com os investimentos realizados e a realizar.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Neste momento não há nenhuma deliberação por parte do Conselho de Administração, autorizando a Companhia a comprar suas ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Em 31/12/17, a companhia possuía um caixa disponível equivalente a 2.5 vezes em relação a todos os compromissos financeiros (empréstimos) de curto prazo, e crédito suficiente para as necessidades de renovação, ou alongamento da dívida bancária, se for necessário.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Além dos recursos próprios, gerados pela atividade operacional, a Companhia possui operações de crédito com vários bancos privados e com o BNDES, com operações de Exim, Pré-embarque, FINEP, FINAME e Finimp.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Quando necessário, temos linhas de crédito do BNDES através de seus agentes repassadores, e outras linhas de créditos ofertados pelos bancos nacionais e internacionais.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e Financiamentos(Valor em Milhares de Reais)					Controladora		Consolidado	
					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	953	946	953	946
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 1,7 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	5.818	3.716	5.818	3.716
BNDES - FINEM	3,63% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	2.098	2.101	2.098	2.101
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,99% a a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.493	1.475	1.493	1.475
BNDES-Exim-PSI	8,00% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pré-Fixada	-	101.596	-	101.596
Exportação-NCE	100% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	36.478	-	36.478	-
Exportação-NCE	CDI + 1,3% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	7.316	17.157	7.316	17.157
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pré-Fixada	20.363	375	20.363	375
Finame	TJLP + 2,6% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.329	1.283	1.329	1.283
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	29	27	29	27
Finame	5,28% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.446	1.739	1.446	1.739
Leasing	100% do CDI (CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	-	17	-	17
Empréstimo ME	2,5% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	68	-	141	-
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 4,19% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	37.614	21.926	37.614	21.926
Resolução 4131	VC + Libor + 4,03% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Dólar	Pós-Fixada	-	13.421	-	13.421
Vendor	105% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	781	5.358	958	5.358
Total do Circulante					115.786	171.137	116.036	171.137
Total do Não Circulante								
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador				
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada		940		940
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 1,7 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	15.300	14.264	15.300	14.264
BNDES - FINEM	3,63% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	3.419	5.508	3.419	5.508
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,99% a a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	2.151	3.582	2.151	3.582
Exportação-NCE	100% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	-	33.206	-	33.206
Exportação-NCE	CDI + 1,3% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	50.000	7.143	50.000	7.143
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	-	20.000	-	20.000
Finame	TJLP + 2,6% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	3.872	4.183	3.872	4.183
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	45	67	45	67
Finame	5,28% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	5.016	6.310	5.016	6.310
Empréstimo ME	2,5% a.a	Sem Garantia	Dólar	Pré-Fixada	-	6.947	-	6.947
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 4,19% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	197.049	73.868	197.049	73.868
Total do Não Circulante					283.799	169.071	283.799	169.071
Total de Empréstimos e Financiamentos					399.585	340.208	399.835	340.208
Escalonamento da Dívida					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em até 6 meses					65.810	40.027	65.935	40.027
De 6 meses a 1 ano					49.976	131.110	50.101	131.110
De 1 a 2 anos					107.197	106.347	107.197	106.347
De 2 a 3 anos					96.048	48.824	96.048	48.824
De 3 a 5 anos					79.670	11.798	79.670	11.798
Acima de 5 anos					884	2.102	884	2.102
Total de Empréstimos e Financiamentos					399.585	340.208	399.835	340.208
Dívida por Tipo de Moeda					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reais - R\$		CP			76.611	134.315	76.788	134.315
Dólar Norte-Americano - US\$		CP			39.175	36.822	39.248	36.822
Reais - R\$		LP			77.652	91.621	77.652	91.621
Dólar Norte-Americano - US\$		LP			206.147	77.450	206.147	77.450
Total de Empréstimos e Financiamentos					399.585	340.208	399.835	340.208
Dívida por Indexação					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxas Pré-Fixadas					39.115	115.580	39.188	115.580
Taxas-Pós Fixadas					360.470	224.628	360.647	224.628
Total de Empréstimos e Financiamentos					399.585	340.208	399.835	340.208

I. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Vide demonstrativo acima

II. Grau de subordinação entre as dívidas
Não se aplica

III. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há qualquer tipo de restrição, salvo em caso de alienação de controle societário. As cláusulas e condições normalmente existentes nos contratos financeiros, para fins de garantia, não

caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Schulz sempre soube aproveitar muito bem as oportunidades comerciais do mercado. Em 2017 não foi diferente, pois mesmo com a queda do faturamento, foi mantido o “share” da Divisão Compressores. Já no segmento da Divisão Automotiva a nossa participação teve aumento significativo, mesmo com uma recuperação lenta da produção e vendas de caminhões, ônibus, tratores e implementos agrícolas.

Mantida a política de baixa exposição cambial passiva, o que contribuiu para uma despesa financeira líquida confortável.

Mesmo assim o Lucro líquido cresceu 69,4 %, em que pese ainda a existência de uma ociosidade operacional.

10.2. Comentários sobre:

a) Resultados das operações do emissor:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Na Divisão Compressores são os compressores de ar comprimido (linha industrial e serviços) que são vendidos em sua grande maioria para o comércio e indústrias. Na Divisão Automotiva são os componentes de ferro fundidos, usinados e pintados vendidos para as indústrias montadoras de caminhões, ônibus, tratores, implementos agrícolas.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais foram:

- aumento dos custos por conta da queda de produtividade;
- o aumento da energia elétrica;

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O faturamento foi sustentado principalmente com o aumento do nosso share pela Divisão Automotiva, que ajudou a reduzir significativamente a queda das vendas. Obviamente os novos produtos que estão inseridos na receita, foram e

estão alinhados com o planejamento orçamentário do exercício, porém, muito aquém do potencial de vendas existentes.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Além dos efeitos mencionados anteriormente, houve majoração significativa de alguns insumos e matérias primas, como por exemplo; chapas de aço, motores elétricos e outros insumos.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em Julho de 2017 foi constituída a SCHULZ COMPRESSORES S.A., absorvendo toda a produção e vendas da então Divisão Compressores, com o propósito de garantir mais transparência na gestão e negócio, inclusive com caixa independente.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10.4. Comentários sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Schulz passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (“balanço de abertura”), todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais - IFRS. Desta forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados nas respectivas Notas Explicativas.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os principais efeitos significativos que foram gerados por conta do comentário anterior estão extensivamente demonstrados e aplicados no relatório das notas explicativas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos nossos Auditores Independentes foram emitidos sem ressalvas, nos últimos 03 (Três) exercícios.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da

controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2017	31/12/2016
Schulz Compressores S.A	Brasil	99,99%	99,98%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Mudanças em Políticas Contábeis

No processo de convergência ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*) conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela empresa foram:

- a) A mensuração de determinados ativos financeiros mantidos para negociação ao valor justo por meio do resultado.
- b) A reclassificação de itens do ativo imobilizado para o ativo intangível e a interrupção da amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida.
- c) A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas que estes possam estar sobrevalorizados.
- d) Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.
- e) Avaliação do valor justo do imobilizado para determinação do custo atribuído (*deemed cost*) e a respectiva revisão da vida útil.
- f) Divulgação dos benefícios decorrentes de assistência governamental na forma de concessão de empréstimos com juros inferiores aos juros normalmente praticados pelo mercado.

- g) Registro de despesas pré-operacionais diretamente no resultado e não mais no ativo diferido.

Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

- a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

- b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Investimentos

a) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a companhia mensura as propriedades para investimento pelo método do valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

Imobilizado

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição as normas internacionais de contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*).

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. O deságio, quando ocorrer é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar

prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas.

b) Licenças

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) Desenvolvimento de Projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros

efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Participação nos Resultados

A Companhia reconhece como provisão de despesas de participação (outras despesas operacionais) e no passivo, a provisão de participação nos resultados com base no programa PPR, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas. A Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não participam deste programa.

Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

Subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de longo prazo. Também podem ser incluídas condições acessórias que restrinjam o tipo ou a localização dos ativos, ou os períodos durante os quais devem ser adquiridos ou mantidos.

As subvenções governamentais, quando tratar-se de concessão de empréstimo com juros inferiores ao mercado são contabilizados e divulgados os efeitos da assistência governamental da qual a companhia tenha se beneficiado.

A subvenção governamental deve ser lançada no resultado da companhia pelo regime de competência e transferida para Reserva de Incentivos Fiscais na destinação do lucro líquido ao final do exercício social.

Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para perdas nos estoques;

- c) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e ágio; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa

Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2017

Os seguintes novos pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

- **CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes**

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma baseia-se no princípio de que as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente. Esse CPC substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção".

A Companhia avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 47 terá em suas demonstrações financeiras consolidadas em 01 de janeiro de 2018, quais sejam:

Descrição	Valores em Milhares de Reais
Estoque-Ativo	3.048
IR e CS diferidos-Ativo	444
Contas a Pagar-Passivo	4.354
Lucros Acumulados(PL)	(862)

Atualmente as receitas de contratos com clientes elegíveis para fins de CPC 47 referem-se a vendas de produtos que contemplam obrigações pós vendas, descontos atrelados a performance ou qualquer outra forma de obrigações pós vendas.

- **CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse CPC substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 48 terá em suas demonstrações financeiras consolidadas em 01 de janeiro de 2018, quais sejam:

Descrição	Valores em Milhares de Reais
Contas a receber de clientes-Ativo	(753)
IR e CS diferidos-Ativo	256
Lucros acumulados(PL)	(497)

- **CPC 16 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil**

Esse CPC, aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estará vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Essa norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob único tratamento contábil, unificando as operações de arrendamentos operacionais e financeiros, ou seja, passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Companhia estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não existem outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais

10.8. Comentários dos diretores sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos para 2018 são da ordem de R\$ 65 milhões, alguns já em andamento, aplicados em sua grande maioria na expansão do parque fabril da Divisão Automotiva. Também estão contemplados os projetos de desenvolvimento de novos produtos, para a manutenção da capacidade produtiva e do mercado de atuação. Continuando a atualização tecnológica em algumas linhas de produção, contemplando robotização, mudanças de processos de produção, com o propósito reduzir custos diretos.

II. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos planejados para 2018 deverão ser financiados basicamente através da geração própria de caixa, e linhas de financiamento disponíveis e outras estruturas que o mercado financeiro ofertar, principalmente em relação às linhas de crédito/financiamentos de longo prazo.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há nenhum fato a comentar.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As divulgações rotineiramente acontecem anualmente nas convenções de vendas internas, dos produtos que estão em desenvolvimento e que serão lançados no mercado ao longo de cada exercício social, e que não são divulgadas antecipadamente no mercado consumidor.

II. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2017 foram investidos R\$ 13,6 milhões em P&D, sendo R\$ 1,9 milhões na Divisão Compressores e R\$ 11,7 milhões na Divisão Automotiva.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A política adotada pela Companhia é por não divulgar antecipadamente os novos projetos dos produtos para o mercado.

IV. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2017, totalizaram R\$ 866 mil.

10.9 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não temos outros fatores a comentar, além do que já foi comentado nos itens anteriores.

12. ASSEMBLÉIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social ou extraordinariamente quando os interesses sociais o exigirem e será convocada e realizada na forma da lei e deste Estatuto

b. Competências

De acordo com a Lei das Sociedades por ações e com o Estatuto da Companhia compete à assembleia geral, exclusivamente, discutir sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- Reforma do seu Estatuto Social;
- Eleição e destituição dos membros do seu Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- Fixação da remuneração global dos membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria, assim como da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- Atribuição de bonificações em ações;
- Aprovação de grupamentos ou desdobramentos de ações de sua emissão;
- Aprovação de planos de opção de subscrição ou compra de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- Tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- Destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela sua administração;
- Cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvada a hipótese de a mesma ocorrer em razão do descumprimento da regulamentação aplicável;
- Emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real de sua emissão;
- Suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixar de cumprir obrigação prevista em lei ou em seu Estatuto Social;
- Nomeação de peritos ou empresa especializada para avaliação de bens com os quais um acionista pretende subscrever ações do seu capital social;
- A transformação da Companhia em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- A sua fusão, incorporação em outra sociedade ou de qualquer sociedade da Companhia ou cisão;
- Sua dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição do liquidante e aprovação das contas por ele apresentadas;
- Autorização para que seus administradores confessem sua falência ou requeiram sua recuperação judicial ou extrajudicial; e

- Outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às assembleias gerais da Companhia estarão disponíveis na sua sede, na Rua Dona Francisca, 6901, Distrito Industrial, CEP 89.219.600, Joinville, SC, Brasil . Eletronicamente a Companhia disponibiliza estes documentos na rede mundial de computadores, no site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da companhia (www.schulzsa.com).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras próprias, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, que não sejam as estipuladas por lei.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista que for representado por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Caso o Acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da ICVM 481, é imprescindível que todos os campos do Boletim de Voto a Distância (“Boletim de Voto”) sejam preenchidos, sendo certo que o Boletim de Voto somente será considerado válido e os votos aqui

proferidos contabilizados no quórum da assembleia geral, se observadas as seguintes instruções: Todas as páginas deverão ser rubricadas e solicitamos que haja firma reconhecida; O Acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar a última página do Boletim de Voto.

h. A companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias.

i. Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

Nos termos da ICVM 481/09, os acionistas têm, por direito, a faculdade de incluir nos boletins de voto a distância suas manifestações a respeito de inclusão de candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. A manifestação a respeito das indicações deve, obrigatoriamente, respeitar a legislação vigente que trata do tema. Ainda, essa manifestação deve ser enviada para a instituição depositária ou para a Companhia nos endereços indicados no Boletim de Voto a Distância.

j. A companhia disponibiliza fóruns e paginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

Não há esta condição.

k. Outras Informações necessárias a participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

O Boletim de Voto a Distância fica disponível no site da Companhia, na aba de Relações com Investidores(www.schulzsa.com) e no site da Comissão de Valores Mobiliários(www.schulzsa.com).

No próprio boletim há, detalhadamente, todos os requisitos necessários e orientações a respeito da votação à distância.

Nosso Agente, prestador deste serviço, é o Banco Bradesco, onde o acionista poderá ser atendido em qualquer agência do território nacional, e a pessoa de contato, será o Gerente da agência.

Lembrando, que o voto é exercido pessoalmente nas agências mediante apresentação do boletim e documentos pessoais.

O e-mail, somente para esclarecimentos de dúvidas, é 4010.acecustodia@bradesco.com.br.

O telefone para esclarecimentos de dúvidas é 0800-7011616.

Abaixo, segue modelo do Boletim de Voto à Distância disponível no site da Companhia:

BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA– SCHULZ S.A. de 27/04/2018

1. Nome do acionista:
2. CNPJ ou CPF do acionista:
3. Endereço de e-mail dos acionistas:
4. Orientações de preenchimento:
<p>O presente Boletim de Voto à Distância ("Boletim"), referente à Assembleia Geral Ordinária da Companhia Schulz S.A. ("Companhia") a ser realizada no dia 27 de abril de 2018, às 14:30 horas ("AGO"), deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos do art. 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e do art. 21-A e seguintes da Instrução nº 481/2009 da CVM ("ICVM 481"), conforme alterada.</p> <p>Nesse caso, é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome completo do acionista (ou denominação social, em se tratando de pessoa jurídica) e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa física ("CPF") ou pessoa jurídica ("CNPJ"), além de um endereço de e-mail para contato.</p> <p>Para que este Boletim seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados como parte do quórum da AGO, é necessário que sejam cumpridos todos os requisitos estabelecidos neste Boletim, na legislação e no Estatuto Social da Companhia, no que forem aplicáveis, devendo ser observado, excepcionalmente, o que segue:</p> <ul style="list-style-type: none">- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;- todas as páginas desse Boletim deverão ser rubricadas;- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, e, nos termos da legislação vigente, deverá assinar o Boletim. <p>A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos signatários deste Boletim.</p> <p>Importante ressaltar que o dia 20.04.2018 será o último dia para o RECEBIMENTO efetivo deste Boletim pela Companhia ou pelos prestadores de serviços, dispostos no item 5.1 abaixo (recebimento efetivo do Boletim NÃO se equivale à postagem deste Boletim pelo acionista). Se o recebimento ocorrer após o dia 20.04.2018, inclusive em casos de retificação do Boletim pelo acionista, os votos não serão computados.</p> <p>É recomendável que o acionista envie o Boletim e os documentos a ele relativos com a maior antecedência possível, para que haja tempo suficiente para a sua avaliação e eventual retorno com os motivos para a sua retificação e reenvio, sempre respeitado o prazo de até 7 dias antes da AGO para o seu recebimento pela Companhia ou pelos prestadores de serviços.</p> <p>A Companhia reforça a importância de que os acionistas leiam atentamente os documentos e as informações divulgados em conexão com a AGO, necessários para o melhor entendimento das matérias constantes da Ordem do Dia da AGO, os quais se encontram disponíveis na sede da Companhia, na Rua Dona Francisca, nº 6901, Distrito Industrial, CEP 89.219.600, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, no site da Companhia (www.schulz.com.br), no site da CVM</p>

BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA– SCHULZ S.A. de 27/04/2018

<p>(http://www.cvm.gov.br) e no site da BM&FBOVESPA, atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (http://www.b3.com.br).</p>
<p>5. Orientações de entrega do Boletim:</p>
<p>O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, nos termos do art. 21-B da ICVM 481: (i) preencher e enviar o presente Boletim diretamente à Companhia (item 5.2 abaixo), ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos (item 5.1 abaixo), observadas as seguintes orientações:</p>
<p>5.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – sistema de voto à distância:</p>
<p>5.1.1. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do Boletim por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.</p> <p>Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para sua realização.</p>
<p>5.1.2. O serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de voto à distância poderá também ser realizado por intermédio da instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de seus valores mobiliários (“Banco Bradesco S.A.”), mencionado no item 6 deste Boletim.</p> <p>Conforme determinado pelos arts. 21-S e 21-T da ICVM 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, ou o Banco Bradesco, conforme o caso, desconsiderarão eventuais instruções conflitantes e/ou divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.</p>
<p>5.2. Envio do Boletim diretamente à Companhia:</p>
<p>O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, poderá, alternativamente aos prestadores de serviços indicados no item 5.1 acima, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, entregar diretamente ou encaminhar, via correio, os documentos listados abaixo para o endereço da Companhia, localizado na Rua Dona Francisca, nº 6901, Distrito Industrial, CEP 89.219.600, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.</p> <p>O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim e dos documentos abaixo indicados para o endereço eletrônico (joel.oliveira@schulz.com.br). De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original (física) do Boletim e dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail à Companhia, até o dia 20.04.2018. Os documentos a serem encaminhados pelo acionista são:</p>

BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA– SCHULZ S.A. de 27/04/2018

- (i) Via física do Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado com firma reconhecida; e
- (ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

Para pessoas físicas:

- Documento de identidade com foto do acionista;

Para pessoas jurídicas:

- Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e Documento de identidade com foto do representante legal.

Para fundos de investimento:

- Último regulamento consolidado do fundo;
- Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- Documento de identidade com foto do representante legal.

A Companhia exigirá a consularização e a tradução juramentada dos documentos em idioma estrangeiro.

Nos termos do Art. 21-U, da ICVM 481, conforme alterada, nos casos de Boletins encaminhados diretamente à Companhia, será acusado o seu recebimento, pela Companhia, em até 3 (três) dias úteis do seu recebimento, e informado ao acionista, através do endereço eletrônico por ele fornecido, que a Companhia considerou o voto válido ou que há necessidade de retificação e reenvio do Boletim ou documentos, caso necessário, sempre observado o prazo de até 7 (sete) dias antes da realização da AGO, para seu recebimento, pela Companhia. Os Boletins recebidos pela Companhia após o dia 20.04.2018 serão desconsiderados, mesmo nos casos de retificação.

6. Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato:

BANCO BRADESCO S.A

Endereço físico: Agências do território nacional.

Endereço eletrônico apenas para esclarecimento de dúvidas:
4010.acecustodia@bradesco.com.br

Telefone para esclarecimento de dúvidas: 0800-7011616. Pessoas de contato: Gerentes das agências do território nacional.

Obs: O voto deverá ser exercido pelo acionista pessoalmente nas agências do Banco Bradesco localizadas no território nacional, mediante apresentação do Boletim e demais documentos legalmente necessários.

7. Deliberações/Questões relacionadas à AGO:

7.1. Análise, discussão e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Parecer dos Auditores Independentes e dos demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2017, em conformidade com a proposta da Administração para a referida matéria.

[] Aprovar

[] Rejeitar

[] Abster-se

BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA– SCHULZ S.A. de 27/04/2018

<p>7.2. Aprovar a destinação do resultado do exercício, o orçamento de capital e a distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio, em conformidade com a Proposta da Administração para a referida matéria.</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p>
<p>7.3. Fixar a remuneração dos administradores para o exercício de 2018, em conformidade com a Proposta da Administração para a referida matéria.</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p>
<p>7.4. Deseja solicitar a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976? Obs: Esta deliberação não é objeto da AGO, mas foi inserida em atendimento ao disposto no art. 21-K, parágrafo único, da ICVM 481, haja vista a Companhia não possuir um Conselho Fiscal permanente.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>7.5. Em caso de segunda convocação dessa Assembleia Geral, as instruções de voto constantes nesse Boletim podem ser consideradas também para a realização da Assembleia em segunda convocação?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>

_____ (cidade), _____/_____/2018 (data)

Nome do Acionista

nº CNPJ/CPF

12.5. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato
Waldir Carlos Schulz	67 Anos	Industrial	081.756.919-72	Presidente Conselho de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos
Ovandi Rosenstock	76 Anos	Industrial	121.181.509-97	Vice Pres. Conselho de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos
Mário Kruger	79 Anos	Administrador Empresas	002.887.059-04	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos
Gert Heinz Schulz	71 Anos	Industrial	033.330.009-20	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos
Fábio Girolla	45 Anos	Advogado	751.511.119-49	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos
Cleber Luis Ramiundi	41 Anos	Advogado	936.821.239-20	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos
Flávio de Queiroz Miranda	39 Anos	Contador	193.433.868-00	Conselheiro de Administração	26/04/2017	26/04/2017	3 anos

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato
Ovandi Rosenstock	76 Anos	Industrial	121.181.509-97	Diretor Presidente	26/04/2017	26/04/2017	3 anos
Waldir Carlos Schulz	67 Anos	Industrial	081.756.919-72	Diretor Vice Presidente	26/04/2017	26/04/2017	3 anos

CONSELHO FISCAL

Nome	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato
Daniel Vaz Rodarte - Titular	Administrador Empresas	025.068.936-79	Conselheiro Fiscal	26.04.2017	26.04.2017	1 ano
Paulo Eduardo Dias da Costa - Titular	Advogado	577.047.329-00	Conselheiro Fiscal	26.04.2017	26.04.2017	1 ano
Marcos Luiz Krelling - Titular	Administrador Empresas	094.794.819-87	Conselheiro Fiscal	26.04.2017	26.04.2017	1 ano
Celso Meira Júnior - Titular	Advogado	556.519.099-15	Conselheiro Fiscal	26.04.2017	26.04.2017	1 ano
José Antônio Martins - Titular	Economista	506.013.509-87	Conselheiro Fiscal	26.04.2017	26.04.2017	1 ano
Paulo Eduardo da Silveira - Suplente	Médico	162.055.238-84	Conselheiro Fiscal	26.04.2017	26.04.2017	1 ano
Airton Dejair Romão - Suplente	Administrador Empresas	055.077.409-25	Conselheiro Fiscal	26.04.2017	26.04.2017	1 ano
Massao Fábio Oya - Suplente	Consultor Empresarial	297.396.878-06	Conselheiro Fiscal	26.04.2017	26.04.2017	1 ano
Rufino Salves de Siqueira - Suplente	Consultor formado em Letras	560.904.808-78	Conselheiro Fiscal	26.04.2017	26.04.2017	1 ano
André Chedid Daher - Suplente	Advogado	003.938.779-81	Conselheiro Fiscal	26.04.2017	26.04.2017	1 ano

12.6. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Formação acadêmica e experiência profissional

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome: Waldir Carlos Schulz

Economista, experiente administrador empresarial, conhecimentos técnicos em contabilidade, custos e sistemas administrativos em geral. Mais de 44 anos dedicados a SCHULZ S.A.

Nome: Ovandi Rosenstock

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Joinville. É um dos fundadores da SCHULZ, tendo atuado como Diretor Comercial e como Diretor Superintendente, antes de assumir a Presidência Executiva em 1.996. Foi Presidente da Abimaq/Sindimaq, Vice-Presidente da Associação Empresarial de Joinville (por duas gestões 06 anos), e Vice-Presidente da Abifa – Associação Brasileira de Fundição.

Foi Diretor do Sindicato da Indústria Metalúrgica de Joinville, e representa atualmente esta associação nas reuniões da Federação das Indústrias de Santa Catarina. É também Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC. Experiente e dinâmico empresário do setor metal-mecânico, com mais de 48 anos dedicados a SCHULZ S/A. tanto no âmbito Nacional como Internacional. Responsável pela presidência e coordenação geral dos negócios da Companhia, usando suas experiências e conhecimentos em administração na empresa e na coordenação geral da diretoria e do grupo de gestores da companhia.

Nome: Mário Kruger

Formado em Administração de Empresas, com Pós-Graduação em Finanças. Foi Professor de Metalurgia na E.T.T., hoje SOCIESC. Foi Superintendente Industrial por 14 anos e posteriormente Diretor de Projetos Especiais da SCHULZ. É, também: Diretor Regional da ABIFA- Associação Brasileira de Fundição; Diretor Tesoureiro do Sindicato das Industrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Joinville; Membro Nato

da SCBVJ – Sociedade Corpo de Bombeiros voluntários de Joinville; Membro do Conselho da ACIJ – Associação Empresarial de Joinville; Representante da ACIJ, junto ao CCJ – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Norte; Membro do Conselho Fiscal da SOCIESC – Sociedade Educacional de Santa Catarina e Membro do Conselho Fiscal do MCE – Movimento Catarinense para Excelência..

Nome: Gert Heinz Schulz

Técnico metalúrgico, com experiência em produção, moldes, ligas, desenvolvimento de processos produtivos. Foi Diretor Industrial por mais de 28 anos da SCHULZ.

Nome: Fábio Girolla

Formado em Direito pela Universidade Regional de Blumenau, com especialização em Direito Público, Tributário e Empresarial. MBA em Direito de Economia da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou como advogado na Cassuli Advogados Associados (1992 a 1997). Sócio Fundador e Advogado na Martinelli Advocacia Empresarial (1997 a 2001). Atualmente é Sócio Fundador e Advogado na Bornhausen Advogados Associados (OAB/SC 763/2002) em Joinville, SC. Advogado Membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina. Exerce ainda função de Conselheiro Fiscal Titular na Dohler S.A. e na Companhia Águas de Joinville.

Nome: Flávio de Queiroz Miranda

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis 2002 – Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). Registrado no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo - SP sob n. 1SP223115-O-9. Auditor Certificado no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, nas categorias Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Banco Central do Brasil (Bacen). Experiência Profissional: mais de 17 anos de experiência (sendo 6 anos em cargo gerencial chegando a função de Gerente Sênior) atuando em serviços de auditoria e consultoria para grandes instituições financeiras e não financeiras, locais e internacionais, e em trabalhos de execução de projetos de fusões e aquisições (i.e. coordenação de mandatos de compra e venda). No período de 2011 a 2015, trabalhou na Ernst & Young assessorando multinacionais e instituições financeiras na

execução de projetos de fusões e aquisições (i.e. coordenação de mandatos de compra e venda), para grandes instituições financeiras e não financeiras, locais e internacionais. No período de 2006 a 2011, trabalhou na Ernst & Young (sendo 4 anos em cargo gerencial), atuou como auditor de instituições financeiras, indústrias, prestadoras de serviços nacionais e internacionais, tendo conduzido vários trabalhos de auditoria estatutária e projetos especiais (e.g. Procedimentos Pré-Acordados, Reporting para a Matriz) para grandes clientes, bem como de trabalhos para diversas finalidades (e.g. revisões trimestrais, elaboração de demonstrações financeiras em US GAAP). Também no período de 1999 a 2004 trabalhou na Trevisan Auditores Independentes, atuando como auditor de instituições financeiras, indústrias, prestadoras de serviços nacionais e internacionais. Atualmente atua como Sócio Diretor da FQ Contabilidade, Auditora e Assessoria Empresarial, sendo responsável por todas as atividades administrativas e financeiras.

Nome: Cleber Luis Raimundi

Dr. Cleber Luis Raimundi é fundador e Presidente do INSTIEL – Instituto Internacional de Liderança, com atuação no Brasil e escritório regional no Caribe. Advogado, palestrante internacional e orientador nas áreas de liderança, gestão e estratégia. É também um profissional muito ativo em grupos empresariais nacionais e internacionais, com ênfase em gestão, estratégia e negócios. Dr. Cleber Luis Raimundi é também o autor de vários artigos sobre liderança, visão e estratégia.

Experiência Anterior: Advogado - Coordenador da área de negócios e Coordenador Departamento de Qualidade Total da Martinelli Advogados de 04/2000 à 08/2012.

Qualificação Educacional - Advogado regularmente inscrito na OAB/SC sob nº. 17.080, Especialização em Direito Tributário, Direito Ambiental, Estudos diversos com ênfase em práticas modernas de gestão, marketing, com vista a cenários internacionais e estudos avançados, experiência prévia em Conselho de Administração, Estudos e análises com a formatação de metodologia para auxílio de pessoas e capital humano.

CONSELHO FISCAL

Nome: Daniel Vaz Rodarte

Formado em Administração de Empresas, atua como Gestor do Clube de Investimentos SOL e Clube de Investimentos DR. Foi Conselheiro Fiscal da Mercantil Financeira S.A. e do Banco Mercantil do Brasil. Membro do Conselho de Administração da empresa Pettenati S.A. Indústria Têxtil desde 2012.

Nome: Paulo Eduardo da Silveira

Médico:

Atuação Profissional: Fundação PróRim de Santa Catarina, PRÓRIM, Brasil. De 02/2010 a Atual: Direção e administração, Fundação PróRim, Cargo ou função Responsável Técnico. Hospital Regional Hans Dieter Schimidt, HRHDS, Brasil. Direção e administração. Administração.

Nome: Paulo Eduardo Dias Costa

Auditor da Martinelli Auditores (1992 a 1997). Sócio Advogado da Martinelli Advocacia Empresarial (1998 a 2012). Atualmente é sócio advogado da Costa, Martins, Meira e Rinaldi Advogados associados OAB/SC 1829 (CMMR Advogados) em Joinville-SC. Advogado membro da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais. Conselheiro Estadual da OAB/SC de 2010 a 2012. É também atual Conselheiro fiscal suplente da Wetzel e na Pettenati Industria Textil S.A. Conselheiro Fiscal Titular da Dolher S.A no período de 2002 a 2012, e da empresa Móveis Weihermann S.A. no período de 2008 a 2010.

Nome: Celso Meira Júnior

Atuou como Gerente Jurídico das Empresas Engepasa – Engenharia do Pavimento S.A. até 1998, Cipla S.A. até 1999. Sócio Advogado do Martinelli Advocacia Empresarial de 2000 a 2012. Atualmente é sócio advogado da CMMR Advogados em Joinville-SC. Advogado membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais. Atuou como conselheiro fiscal nas empresas: Dohler S.A., Adami S.A. e Móveis Weihermann S.A. Atualmente é conselheiro fiscal das empresas: Pettenati S.A. Indústria Têxtil e Wetzell S.A.

Nome: Airton Dejair Romão

Experiência Profissional: Jaraguá Fabril S.A. – 1969 a 1976, contador; Martinelli Auditores – 1977 a 2000, auditor; atualmente Sócio-Diretor da empresa Merko-Sul Contabilidade e Consultoria Empresarial S/S. Ex-membro do Conselho Fiscal das empresas: Cia. Latino Americana de Medicamentos – como efetivo e Marisol S.A. – como suplente. 2) Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas pela UNIVILLE – CRA/SC 5343 e Técnico em Contabilidade pela Escola de Comércio São Luiz – CRC/SC 007476/0-OT.

Nome: Marcos Luiz Krelling

Formação Acadêmica: Formação Superior em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Administrativas de Joinville (SC) em 1975, registrado no CRA de SC em 21.02.1994 sob nr. 4788. Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Tigre em Janeiro de 1966, passando por funções junto às áreas Financeira, Acionistas, Assistência Técnica/Produtos, Assessor da Diretoria. No período de janeiro de 1980 a janeiro de 1991 foi o Gerente Geral da unidade da Tubos e Conexões Tigre do Nordeste S.A. em Camaçari (BA), fabricante de tubos e conexões de PVC rígido, da qual liderou todo o processo de construção, implantação e administração da planta industrial. No período de Janeiro de 1992 a Outubro de 1994 como Assessor da Presidência na Tigre-Matriz em Joinville (SC), onde, entre outras atividades, liderou processo de incorporação de novas unidades adquiridas pela companhia. No

período de Novembro 1994 a Julho 1998 como Gerente Geral da Tecnomecânica S.A., fabricante de compressores de ar comprimido a pistão e rotativos. De julho 1998 a Outubro 2005 como Gerente Geral da Somar S.A. Indústrias Mecânicas, do ramo metal-mecânico. Outubro 2005 a Abril 2009 como Sócio-Diretor da MCA Têxtil Ltda., que fabrica e comercializa roupas infantis para os grandes magazines e linha própria de produtos. Em consultoria nas áreas de administração, finanças, produtividade, planejamento estratégico e seleção de executivos do alto escalão pela MLK Consultoria Empresarial Ltda., de maio 2009 a fevereiro 2010. De Março 2010 a atual como Diretor Geral na Agemed Saúde S.A., operadora do ramo de planos de saúde empresarial. De fevereiro a abril 2013 atuou como Gerente de Fiscalização e Tributos da Prefeitura Municipal de Joinville. De Abril 2013 a fevereiro 2014 foi Diretor Presidente do Hospital Municipal São José de Joinville. De Fevereiro 2014 até a presente data é Diretor Comercial, Administrativo e Financeiro da Cia. Águas de Joinville. É também Diretor Administrativo (voluntário) da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, Titular do Conselho Fiscal do Colégio Bom Jesus/IELUSC de Joinville.

Nome: André Chedid Daher

Atividades Profissionais:

- Vice Presidente da ACIJ Joinville;
- Fundador e membro do Núcleo Jurídico da ACIJ;
- Delegado da ACAT - (Associação dos Advogados Trabalhista de Santa Catarina);
- Conselheiro da OAB / Joinville;
- Facilitador In Company de cursos de Legislação Trabalhista;
- Palestrante de diversas matérias do Direito do Trabalho;
- Sócio do escritório Daher Advogados;

Escolaridade:

- Advogado;
- Mestre e Pós Graduado em Direito Empresarial do Trabalho pela Unicuritiba;
- Professor da pós Graduação da Católica de SC em Direito do Trabalho, Internacional do Trabalho e Prática Trabalhista;

Nome: José Antônio Martins

Formação Acadêmica:

Advogado – OAB/SC 31.277 formado na Associação Catarinense de Ensino – Faculdade Guilherme Guimbala Conclusão do curso – 2010

Economista – CORECON (SC) 24.079-4 formado na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE Conclusão do curso - 1993

Técnico Contábil – CRC/SC 014806-0 formado no Colégio Estadual Luiz Bertolli Conclusão do curso - 1977

Extensões:

Pós-graduação em Macroeconomia na Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE Conclusão do curso: 1996

Governança Corporativa no IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - Curitiba Conclusão do curso: 2011

Experiência Profissional:

1983 a 1996 - Formação/profissional desenvolvida na área de auditoria contábil e fiscal.

1997/2001 - Empresa: Fabio Perini S.A – Indústria de Máquinas, Cargo: Diretor Financeiro, Atividade: Multinacional Italiana, fabricante de máquinas e equipamentos para indústria de transformação de papel.

2001/2005 - Empresa: Joinpaper Ltda, Cargo: Diretor Financeiro, Atividade: Multinacional Italiana, fabricante de máquinas e equipamentos para indústria de transformação de papel.

2006 a 2012 - Martins Assessoria Tributária e Empresarial Ltda., Cargo: Sócio, Atividade: Consultoria fiscal e tributária

2012 a 2016 - Costa Martins Meira e Rinaldi Advogados Associados, Cargo: Sócio, Atividade: Serviços de advocacia empresarial com especialização em direito tributário e societário.

Nome: Rufino Salves de Siqueira

Consultor formado em letras.

Nome: Massao Fábio Oya

Experiência Profissional:

SOLUÇÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONSULTORIA LTDA (desde 2009) Sócio da Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, prestando serviços de consultoria empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, especialmente na atuação em Conselhos Fiscais como membro titular e suplente, de Companhias de Capital Aberto e Fechado.

04/2007 a 07/2009 – PAREX BRASIL S.A. - Analista Contábil Sênior

04/2006 a 04/2007 – ECON DISTRIBUIÇÃO S.A. - Analista Contábil

06/2000 a 07/2005 – IBAC S.A. (POZZANI) - Analista Contábil

Escolaridade:

Pós Graduação: MBA Gestão Financeira e Controladoria – Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí – SP – de 04/2007 a 12/2008.
Graduação: Ciências Contábeis – Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí – SP – de 01/2000 a 12/2003. Curso Técnico: Técnico em Contabilidade – Escola Professor Luiz Rosa – Jundiaí – SP – 01/1997 a 12/1999.

12.7/8. COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS

A companhia não possui comitês.

12.9.RELAÇÕES CONJUGAIS, UNIÕES ESTÁVEIS OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

Exceto para o caso do Sr. Waldir Carlos Schulz, que é Presidente do Conselho de Administração e diretor vice-presidente da companhia, e do Sr. Gert Heinz Schulz, membro do Conselho de Administração, que possuem relação de parentesco de 1º grau, os demais administradores não possuem qualquer grau de parentesco entre si.

12.10. RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLES MANTIDOS, NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E:

- a) **Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia;**
Não se aplica.
- b) **Controlador direto do emissor;**
Não se aplica
- c) **Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes:**

Inexistente a relação.

12.11. ACORDOS (INCLUSIVE APÓLICES DE SEGUROS) ESTABELECIDO O PAGAMENTO OU O REEMBOLSO DE DESPESAS SUPORTADAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU À COMPANHIA, DE PENALIDADES IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS E ACORDOS COM O OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS, EM VIRTUDE DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES

A companhia não possui apólice de seguro contratada de D&O (*Directors & Officers*).

12.12. PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Companhia entende que as divulgações de informações da Companhia são pautadas nas mais rigorosas práticas de governança corporativa, e que mantém um canal de comunicação adequado com investidores.

12.13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Todas as informações relevantes relativas a este item estão descritas nos itens anteriores.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês

estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

A prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do seu Conselho de Administração, objetiva corresponder à contraprestação devida pelo relevante papel exercido pelo Conselho na gestão, obedecido o limite fixado pela Assembleia de Acionistas.

Diretoria Estatutária

A prática de remuneração da Diretoria visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A remuneração da diretoria estatutária, que obedece o limite fixado pela Assembleia de acionistas, é composta de pró-labore, reajustado de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia, bem como da participação nos resultados em conformidade com a previsão estatutária.

Diretoria Não Estatutária

A remuneração da Companhia no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros é segundo a legislação existente, pois todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada diretor. Os diretores também participam do Programa de Participação dos Resultados em conformidade com as regras dos demais funcionários.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus à remuneração fixa, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, e será fixada pela assembleia geral que os elegeu, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

b. Composição da remuneração, indicando:

**i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:
Conselho de Administração/ Diretoria Estatutária/ Diretoria não Estatutária**

- Salários e pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Participação nos resultados – correspondem à remuneração variável e tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados pretendidos pela Companhia.
- Benefícios diretos e indiretos – correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde, tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa anual corresponde a 100% da remuneração total anual, conforme já mencionado anteriormente.

No caso da Diretoria Estatutária, a remuneração fixa média anual é de 50% e o restante como remuneração variável.

ii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é definido pela Assembleia.

O reajuste da remuneração fixa da diretoria não estatutária é definido anualmente, de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia, enquanto que a variável é definida com base em metas a serem atingidas através de seu plano de participação nos resultados(PPR).

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

v. Existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato

Não há membros efetivos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária que não são remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento orçamentário, fixa os objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como, os critérios de remuneração variável, aplicável quando do alcance de tais metas, exclusivamente à Diretoria Não Estatutária.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A única parcela da remuneração estruturada para refletir a evolução de indicadores de desempenho é a remuneração variável conferida à diretoria não estatutária, a qual será tanto maior quanto for o alcance dos objetivos orçamentários definidos, conforme já mencionado anteriormente.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal					
Descrição	Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	2017	7	2	5	14
Salário ou Prólaboro	2017	239.824,43	4.078.987,76	797.092,35	5.115.904,54
Participação Lucros	2017	-	4.078.987,76	-	4.078.987,76
Total remuneração		239.824,43	8.157.975,52	797.092,35	9.194.892,30
Nº de Membros	2016	7	2	5	14
Salário ou Prólaboro	2016	224.436,50	3.758.182,94	592.519,35	4.575.138,79
Participação Lucros	2016	-	3.230.143,28	-	3.230.143,28
Total remuneração		224.436,50	6.988.326,22	592.519,35	7.805.282,07
Nº de Membros	2015	7	2	3	12
Salário ou Prólaboro	2015	211.986,25	3.765.102,54	153.720,99	4.130.809,78
Participação Lucros	2015	-	3.765.102,54	-	3.765.102,54
Total remuneração		211.986,25	7.530.205,08	153.720,99	7.895.912,32

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal da Companhia.

a. Órgão: Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

b. Número de membros: 07 (Sete).

c. Em relação ao bônus: Não aplicável

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração: N/A

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração: N/A

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas: N/A

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais: N/A

d. em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração: N/A

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração: N/A

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas: N/A

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais: R\$ 11.074.233,58.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há previsão de lançamento de plano de remuneração baseado em ações para o ano de 2018.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não reconheceu remuneração baseada em ações no resultado nos 03 últimos exercícios sociais, em razão das considerações feitas no item 13.4., e não prevê o lançamento de nenhum outro Programa de remuneração baseado em ações para o exercício de 2018.

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2017

Em 31 de dezembro de 2017 não havia nenhuma opção em aberto de membro do conselho da administração e da Diretoria Estatutária.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
OVANDI ROSENSTOCK	4.880.460	17,90	1.612.585	4,41	6.493.045	10,17
WALDIR CARLOS SCHULZ	6.145.982	22,54	2.494.280	6,82	8.640.262	13,54
GERT HEINZ SCHULZ	6.134.997	22,5	2.494.280	6,82	8.629.277	13,52
MARIO KRUGER	-	-	10	-	10	-
TOTAIS	17.161.439	62,94	6.601.155	18,05	23.762.594	37,23
DIRETORIA ESTATUTÁRIA						
Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
OVANDI ROSENSTOCK	4.880.460	17,90	1.612.585	4,41	6.493.045	10,17
WALDIR CARLOS SCHULZ	6.145.982	22,54	2.494.280	6,82	8.640.262	13,54
TOTAIS	11.026.442	40,44	4.106.865	11,23	15.133.307	23,71
CONSELHO FISCAL						
Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
DANIEL VAZ RODARTE	0	-	70	0	70	0
TOTAIS	0	0	70	0	70	0

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável.

13.11. Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:

13.11 - Remuneração Individual máxima, mínima e média do conselho de administração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal									
Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de Membros	7	7	7	2	2	2	5	5	3
Valor da maior remuneração (Reais)	47.964,91	44.887,30	42.397,25	4.078.987,76	3.494.663,11	3.765.102,54	188.887,01	118.503,87	51.240,33
Valor da menor remuneração (Reais)	47.964,91	44.887,30	17.919,10	4.078.987,76	3.494.663,11	3.765.102,54	41.544,32	118.503,87	51.240,33
Valor médio da remuneração (Reais)	34.260,63	32.062,36	30.283,75	4.078.987,76	3.494.663,11	3.765.102,54	159.418,47	118.503,87	51.240,33

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e consequências financeiras para o emissor.

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão atribuída a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores do emissor

Nenhum Membro do Conselho da Administração, Fiscal e da Diretoria Estatutária que recebeu remuneração no exercício de 2016 é parte relacionada aos Controladores Diretos ou Indiretos.

13.14. Indicação dos valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam

Nenhum membro do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho fiscal recebeu da Companhia remuneração adicional por quaisquer outros serviços prestados.

13.15. Indicação dos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão

Os controladores, diretos ou indiretos, as sociedades sob controle comum e as controladas da Companhia não remuneraram membros do conselho de administração nem a diretoria estatutária e nenhum outro órgão da administração.

13.16. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes adicionais àquelas já mencionadas

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Atendendo as disposições e normas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 481/2009, bem como, disposições complementares, a Diretoria apresenta o que segue:

1. O Lucro Líquido auferido no exercício de 2017 foi de R\$ 40.120.285,71.
2. O montante global dos Dividendos é de R\$ 9.080.870,93 e o valor por ação de dividendos é de R\$ 0,148725221 para as Ações Preferenciais e de R\$ 0,135204746 para as Ações Ordinárias incluindo os Juros sobre Capital Próprio pago em 30/11/17.
3. Os dividendos Propostos contemplam o percentual de 25% sobre o lucro ajustado de R\$ 36.323.483,70 (Lucro Líquido R\$ 40.120.285,71 – R\$ 1.911.762,30 Reserva Legal – R\$ 1.885.039,71 Reserva de Incentivos Fiscais).
4. Não foram distribuídos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.
5. Deduzidos os juros sobre capital próprio pago antecipado:
 - a) Segue no quadro abaixo o saldo do valor bruto de dividendo de 2017, de forma segregada, por ação de cada espécie:

Dividendo Bruto - 2017				
Classe	Valor Bruto	Valor por Ação		
Preferenciais	5.395.032,06	0,148725221		
Ordinárias	3.685.838,87	0,135204746		
TOTAL	9.080.870,93			
Juros S/Capital Próprio pagos - 30/11/2017				
Classe	Valor Bruto	Valor Líquido de IRF	Valor por Ação Bruto	Valor por Ação Líquido
Preferenciais	3.864.351,68	3.398.576,71	0,106528849	0,093688799
Ordinárias	2.640.091,39	2.321.877,98	0,096844408	0,085171635
TOTAL	6.504.443,07	5.720.454,69		
Saldo Dividendo a Pagar referente Exercício 2017				
Classe	Valor Bruto	Valor por Ação		
Preferenciais	1.996.455,35	0,055036422		
Ordinárias	1.363.960,89	0,050033111		
TOTAL	3.360.416,24			

- b) Ações preferenciais tem dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.
- c) O pagamento dos dividendos está previsto para até o dia 30/06/2018.

- d) Não há atualização e juros sobre os dividendos a serem pagos.
- e) Em 13/11/2017, através de Reunião do Conselho de Administração, foi autorizado o pagamento de dividendos sob a forma de Juros Sobre Capital Próprio no valor líquido de R\$ 5.720.454,69, e que foi disponibilizado a partir de 30/11/2017 aos acionistas.
- f) Data da declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: Será considerada a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre os dividendos em 27/04/2018.

6. Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Segue abaixo tabela comparativa indicando os valores por ação de cada espécie e classe:

Exercício	Lucro Líquido	Lucro por Ação	Classe	Dividendos	Valor por Ação	Juros S/Capital Próprio	Valor por Ação
2.017	40.120.285,71	0,654083766	PN	1.996.455,35	0,055036422	3.398.576,71	0,093688799
		0,594621605	ON	1.363.960,89	0,050033111	2.321.877,98	0,085171635
2.016	30.649.592,92	0,499682412	PN	1.159.755,22	0,031971052	2.683.980,58	0,073926721
		0,454256738	ON	792.334,67	0,029064593	1.832.116,85	0,067206110
2.015	48.099.184,94	0,784164305	PN	1.713.467,24	0,047195205	5.751.994,64	0,158431140
		0,712876641	ON	1.169.632,98	0,042904732	3.927.157,25	0,144028309
2.014	54.067.723,99	0,881469806	PN	2.797.575,76	0,076640116	5.678.558,45	0,155362585
		0,801336187	ON	1.899.738,83	0,069672833	3.851.094,58	0,141238714

8. Destinação de Lucros à Reserva Legal:

- a) O montante destinado à reserva legal é de R\$ 1.911.762,30.
- b) O cálculo da reserva legal consiste na aplicação do percentual de 5%(cinco por cento) sobre o lucro ajustado de R\$ 38.235.246,00(R\$ 40.120.285,71 Lucro Líquido – R\$ 1.885.038,71 – Reserva de Incentivos Fiscais).

9. A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Dividendo obrigatório

- a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto Social referente aos dividendos obrigatórios:
ARTIGO 29 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem: (a) Os prejuízos acumulados; (b) A provisão para o Imposto de

Renda; (c) Uma participação, até o limite legal, a ser partilhada entre os integrantes da Diretoria, devendo sua distribuição ser definida de comum acordo. ARTIGO 30 - Após apurado, na forma do artigo anterior, o lucro líquido do exercício, deste será deduzido o montante de 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, até que deixe de ser obrigatória, ou seja, quando tal fundo atingir 20 % (vinte por cento) do capital social; e, se for o caso, serão também abatidos valores adequados para formar as reservas previstas e definidas em lei. ARTIGO 31 - O dividendo obrigatório é fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado na forma dos Artigos 29 e 30, previamente acrescido das verbas previstas em lei. ARTIGO 32 - Sobre o lucro que remanescer após as deduções dos artigos anteriores serão calculados e deduzidos os dividendos obrigatórios a distribuir, respeitado o disposto no Artigo 4º, Parágrafo Terceiro, deste Estatuto, destinando-se então, o saldo final, seja para distribuição suplementar, seja para constituir uma Reserva para Aumento de Capital, observando que a finalidade desta é propiciar o permanente desenvolvimento da Companhia, pelo sistemático reinvestimento de uma parcela de lucros, limitada, dita reserva, a um montante igual a 80% (oitenta por cento) do próprio capital da Companhia. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder o valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao capital social. ARTIGO 33 - O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago por opção da Companhia, na forma do artigo 9º, da Lei 9249, de 26.12.95, poderá ser, a critério do Conselho de Administração, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata o artigo 31, conforme faculta o parágrafo sétimo, do mesmo artigo 9º, da referida Lei.

- b) Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.
- c) Não há retenção de dividendos.

11. Não há retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

12. Não há destinação do resultado para reserva de contingências.

13. Não há destinação do resultado para lucros a realizar.

14. Em acordo com o Artigo 32 do estatuto da companhia foi transferido para a conta de Reserva para Aumento de Capital o valor de R\$ 29.269.276,74, sendo R\$ 27.242.612,77 referente destinação do Lucro do Exercício e R\$ 2.027.313,97 referente à realização do custo atribuído.

15. Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.
16. Foi destinado o valor de R\$ 1.885.039,71 para a reserva de incentivos fiscais na Controladora, este valor corresponde as receitas com subvenção de investimento. Este direito foi adquirido junto ao Estado de Santa Catarina, através do protocolo de intenções que as partes celebraram entre si, onde a companhia compromete-se a investir em bens do ativo imobilizado.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
SCHULZ S.A.
Joinville -SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Schulz S.A.** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da **Schulz S.A. e suas controladas** (Consolidado), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Schulz S.A.** (Companhia) e da **Schulz S.A. e suas controladas** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Nossa auditoria em 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pelos assuntos que ocorreram no exercício de 2017 e foram incluídos em sequência.

. Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Com a promulgação da lei 13.496/17, que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), a Administração avaliou e concluiu pela adesão a esse programa, incluindo certos processos com probabilidade de perda possível, mas com decisão preliminar desfavorável à Companhia, sendo o montante envolvido, no valor de R\$13.751 mil em 31 de dezembro de 2017 conforme mencionado na nota explicativa 15.1.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos relacionados ao acompanhamento de processos jurídicos, bem como a utilização de nossos especialistas tributários na avaliação do atendimento à legislação do PERT, análise dos fatores e avaliação do julgamento empregado pela Administração para concluir que os processos deveriam ser incluídos no PERT, principalmente os relacionados ao andamento dos processos nos tribunais, as decisões recentes e a avaliação do risco de perda dos advogados externos.

Com base em nossos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos os critérios e as premissas adotadas pela Administração para a avaliação dos processos e a adesão ao PERT adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

. Integralização de Capital em Controlada

Em 01 de julho de 2017, a Companhia efetuou transferências de ativos diretamente relacionados ao segmento Compressores, mediante integralização de acervo líquido apurado por Laudo de Avaliação Contábil no valor de R\$ 217.514 mil, para sua controlada Schulz Compressores S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 23.635.798/0001-43, conforme mencionado em nota explicativa 28.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como comunicado ao mercado e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de integralização do capital e a determinação do valor do acervo líquido transferido, através do Laudo de Avaliação Contábil preparado por especialistas externos contratados. Com auxílio de nossos especialistas, avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de integralização do capital, consideramos que a metodologia utilizada e premissas adotadas para identificação e mensuração do valor do acervo líquido transferido, estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se ainda com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 6 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 119.294 mil (R\$ 157.203 mil em 31.12.2016) e R\$ 210.068 mil (R\$ 161.525 mil em 31.12.2016) na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 6.624 mil (R\$ 6.543 mil em 31.12.2016) e R\$ 7.137 (R\$ 6.869 mil em 31.12.2016) nas demonstrações financeiras da Controladora e no Consolidado, respectivamente. Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 2.537 mil (R\$ 4.528 mil em 31.12.2016) e R\$ 4.274 mil (R\$ 4.528 mil em 31.12.2016) na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Estoques e custos de produção

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo de estoques produtos acabados, em elaboração e em consignação (em poder de terceiros) no montante de R\$ 65.348 mil (R\$ 56.953 mil em 31.12.2016) e R\$ 74.443 mil (R\$ 61.798 mil em 31.12.2016) na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia antecipadamente tomou ações de redução de custos em todos os níveis (chão de fábrica, administração, comercial, etc.), com redução de quadro de pessoal, redução de jornada de trabalho, investimentos em maquinário com maior produtividade entre outros, com o objetivo, principalmente de reduzir seus custos fixos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos se os itens estão valorados corretamente, testamos o

cálculo do custo médio dos estoques, do custo de produção do período, do custo do produto vendido e o cálculo do custo minuto, bem como, avaliamos os apontamentos de produção e os critérios de rateio dos gastos indiretos. Efetuamos ainda, acompanhamento dos procedimentos de inventário, bem como inspeção in loco para avaliação da acuracidade dos itens. Realizamos procedimento de circularização dos saldos de estoques da Companhia em poder de terceiros, objetivando assegurar os valores registrados contabilmente e divulgados em 31/12/2017. Consideramos também a adequação das divulgações (nota explicativa 7) efetuadas em relação aos estoques.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Contingências trabalhistas

Conforme a nota explicativa 18 – Provisões de contingências, a Companhia possui constituída provisão sobre processos em andamento de natureza trabalhista cuja estimativa de perda provável é de R\$ 1.245 mil (R\$ 1.245 mil em 31.12.2016), na Controladora e no Consolidado. Esses processos são acompanhados pelo Departamento Jurídico da Companhia, bem como, por seus assessores jurídicos externos, os quais mantêm estreito relacionamento com o Departamento de Recursos Humanos com o objetivo de evitar descumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, principalmente em razão do processo de redução de custos com pessoal e redução de jornada de trabalho executado pela Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão, na base de testes, dos vários processos de rescisão de contrato de trabalho, envolvendo cálculos rescisórios (salários, horas extras, insalubridade, periculosidade, adicionais, etc.), recolhimentos de tributos, homologações sindicais, pagamentos entre outros, bem como, revisão da elaboração das folhas de pagamentos mensais e suas aprovações, verificação dos acordos coletivos e acordos de redução de jornada de trabalho. Procedemos o confronto dessas informações com os registros contábeis e efetuamos entrevista e consulta formal junto ao Departamento Jurídico e assessores jurídicos externos.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores de provisão para contingências trabalhistas são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2016

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Schulz S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 20 de janeiro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville (SC), 26 de janeiro de 2018.

ALFREDO HIRATA

Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Schulz S.A., com base no parecer dos auditores independentes, tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, por unanimidade, são de parecer que as demonstrações examinadas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e o resultado de suas operações, estando, portanto, esses documentos em condições de serem submetidos à apreciação dos senhores acionistas.

Joinville (SC), 26 de março de 2018 – Paulo Eduardo Dias da Costa, Daniel Vaz Rodarte, José Antônio Martins, Marcos Luiz Krelling e Celso Meira Júnior.

SCHULZ S.A.

Proposta a ser submetida à AGO em 27/04/2018

Orçamento de Capital

Exercício - 2018

	R\$ Mil
1 - Fontes de Recursos	569.827
1.1 - Recursos próprios(Reserva Estatutária p/Reinvestimentos Art.32 Estatuto - Exercício)	28.050
1.2 - Recursos próprios(Reserva Estatutária p/Reinvestimentos Art. 32 Estatuto - Anos anteriores)	121.018
1.3 - Recursos próprios(Caixa e Aplicações)	287.701
1.4 - Recursos de terceiros(novos financiamentos)	100.000
1.5 - Depreciações e amortizações	33.058
2 - Necessidades de Caixa previstos em 2018	569.827
2.1 - Investimentos em expansão e desenvolvimento de produtos	65.000
2.2 - Recursos para Capital de Giro	379.042
2.3 - Liquidações de financiamentos em 2018	125.785